

**6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI/TO.**

**URGENTE – DIREITO À SAÚDE – VAGAS LEITOS CLÍNICOS E DE UTI COVID**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, por seu Promotor de Justiça subscritor, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem à presença de Vossa Excelência, em defesa do interesse individual indisponível dos 12 pacientes que se encontram internados na UPA 24hs de Gurupi, com fulcro nos artigos 127, *caput*, e 129, III e IX CR/88; arts. 25, IV, alínea “a”, da Lei no 8.625/93; arts. 5º e 21, da Lei no 7.347/85 c/c os artigos 81, parágrafo único, inciso III, 82, inciso I, e artigo 91, da Lei 8.078/90, art. 303 e seguintes do novo Código de Processo Civil, e, nos documentos pertencentes à Notícia de Fato n. 2021.0002274 (cópia em anexo), propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE** em face do

**ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.786.029/0001-03, com sede na Praça dos Girassóis, s/n, em Palmas/TO, devendo ser citado na pessoa do Procurador-Geral do Estado, que pode ser encontrado neste mesmo endereço, e-mail [gabinete@pge.to.gov.br](mailto:gabinete@pge.to.gov.br), e de

**LUIZ EDGAR LEAO TOLINI**, atual **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 302.795.341-91, o qual pode ser encontrado na

## **6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO**

Secretária de Estado da Saúde, situada na Praça dos Girassóis, Plano Diretor Norte, lote 07, CEP 77.001-002, Palmas/TO, OU POR QUEM VENHA A SUBSTITUI-LO NO CURSO DESTA AÇÃO, pelas razões que passa a expor:

### **I - SÍNTESE DO OBJETO**

Pretende o Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio desta Ação Civil Pública, a prestação da tutela jurisdicional para obrigar o Estado do Tocantins e o Secretário de Estado da Saúde a regularizar o acesso dos pacientes internados, na UPA 24 hs de Gurupi, para Hospitais sob a Gestão Estadual que possuam leitos clínicos ou de UTI COVID, conforme requisição médica devidamente cadastrada no Serviço de Regulação Estadual – SER/TO.

### **II - DOS FATOS**

Conforme se sabe, esta Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde vem recebendo inúmeras reclamações de usuários do SUS, nos últimos dias, que se encontram, na UPA, na “fila de espera” da Central de Regulação Estadual (SER/TO), aguardando a disponibilização de leito clínico e de UTI COVID que fazem jus, conforme indicação médica.

Acrescente-se que a Central de Regulação Estadual é o setor responsável por receber as solicitações de vagas para pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19 em leitos Clínicos (casos moderados) ou de UTI (casos graves), vindo de todas as portas de entradas de urgência do SUS (UPAS, Hospitais Regionais, Hospital Municipais) através do Sistema de Regulação Estadual – SER, tal como se verifica no protocolo de estratificação de casos da SES/TO (file:///C:/Users/MPE-TO/AppData/Local/Temp/PROTOCOLO%20DE%20ESTRATIFICA%C3%87%C3%83O%20CASOS%20MODERADOS%20E%20GRAVES.pdf).

Esta Central de Regulação de Leitos, localizada em Palmas/TO, regula (avalia/autoriza) todas as solicitações de Leitos Clínicos e de UTI da lista e realiza buscas por leitos públicos ou contratados no SUS disponíveis nos hospitais do estado.

E, os médicos da UPA 24hs de Gurupi vem solicitando ao Serviço de Regulação Estadual – SER/TO, o encaminhamento dos pacientes suspeitos e confirmados com COVID-19 para,

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

a depender do agravamento da doença, serem internados em leitos clínicos ou de UTI.

Contudo, a regulação vem demorando de forma demasiada/injustificada a autorizar e encaminhar os pacientes internados na UPA de Gurupi (que atende apenas urgência e emergência) para, sendo necessário, na maioria dos casos, a judicialização para se obter a almejada vaga hospitalar em 14 leitos clínicos COVID, tal como se observa nas Ações Cíveis Públicas propostas pelo Ministério Público, nos últimos dias, de números 0002656-50.2021.8.27.2722; 0002710-16.2021.8.27.2722; 0002714-53.2021.8.27.2722; 0002708-46.2021.8.27.2722; e em 04 leitos de UTI Covid, tal como se observa nas Ações Cíveis Públicas também propostas pelo Ministério Público de números 0002715.-38.827.2722 e 0002709-31.827.2722.

E, consta, na data de ontem a noite, a **existência de 20 (vinte) pacientes internados, na UPA de Gurupi, estando 07 intubados (de forma irregular pois não existe gás medicinal canalizado) aguardando vaga de leito de UTI COVID** (02 já foram beneficiados nas ACP's acima mencionadas), **e os demais 14 pacientes aguardando vaga de leitos clínicos COVID**, conforme as específicas fichas de encaminhamento em anexo e a seguir mencionadas (somente quem ainda não ingressou com ação em juízo):

### Pacientes aguardando leitos de UTI COVID:

- 1 – Elza Póvoa de Souza – 60 anos – entrou na regulação dia 17/03/21;
- 2 – Maria Francisca Sales – 82 anos – entrou na regulação dia 19/03/21;
- 3 – José Rafael de Souza – 84 anos – entrou na regulação dia 21/03/21;
- 4 – Maria Pereira Lisboa – 87 anos – entrou na regulação dia 21/03/21;
- 5 – Maria Cleuza Ramos Reis – 60 anos – entrou na regulação dia 21/03/21.

### Pacientes aguardando leitos clínicos COVID:

- 1 – Dercílio Conceição Macedo Neto – 38 anos – entrou na regulação dia 20/03/21;
- 2 – José de Ribamar Alves Fernandes – 62 anos – entrou na regulação dia 20/03/21;
- 3 – Carlos Júnior Gomes Triers – 24 anos – entrou na regulação dia 20/03/21;

### **6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO**

- 4 – Jesse Ferreira de Carvalho – 58 anos – entrou na regulação dia 21/03/21;
- 5 – José Batista Martins Rodrigues – 48 anos – entrou na regulação dia 21/03/21;
- 6 – Nazaré Maria da Costa – 72 anos – entrou na regulação dia 21/03/21;

Ocorre que, malgrado a gravidade do quadro clínico dos pacientes e a URGENTE necessidade de atendimento especializado (principalmente oxigênio em maior demanda), vem-se aguardando que o Estado do Tocantins se digne a disponibilizar a transferência já requisitada pelos médicos, **sem obter qualquer sinalização de iminente prestação do serviço hospitalar de que necessitam.**

De fato, emerge das anexas fichas de requisição de transferência (apenas dos pacientes que não foi proposta medida judicial), enviadas pela UPA, que foram tomadas todas as providências possíveis e esgotados todos os recursos disponíveis na UPA de Gurupi para o tratamento dos pacientes, dependendo estes de procedimentos, equipamentos e profissionais não disponíveis na UPA (sequer possui gases medicinais canalizados).

A situação da Região Sul poderia estar bem mais confortável para atendimento de pacientes suspeitos ou confirmados com COVID que necessitassem de leitos clínicos se, de fato, estivesse em pleno funcionamento, tal como divulgado, aos 03/11/2020, a inauguração, pelo Governador do Estado do Tocantins, de 25 (vinte e cinco) leitos clínicos para tratamento de paciente com COVID-19, no Hospital Geral de Gurupi, de modo a ampliar para o total de 50 (cinquenta) leitos clínicos no Município de Gurupi, conforme matéria divulgada no site: <https://saude.to.gov.br/noticia/2020/11/3/governador-mauro-carlesse-entrega-leitos-covid-no-novo-hospital-geral-de-gurupi/>.

Porém, referida matéria tratou de mera falácia, eis que referido hospital nunca veio a funcionar, sendo o caso, inclusive, encaminhado para a 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi para apuração de eventual ato de improbidade administrativa, eis que, atualmente, existe apenas 19 (dezenove) leitos clínicos COVID instalados, por sua vez, no Hospital Regional de Gurupi, dos quais, 03 (três) estão desocupados hoje, segundo o site: <http://integra.saude.to.gov.br/covid19/TaxaOcupacaoLeitosClinicosCovid>.

Ademais, é público e notório o caos porque vem passando a Saúde Pública, no Estado do Tocantins e no Brasil como um todo na luta contra o COVID-19, nestes últimos meses. Contudo, após atualização do sistema às 06hs40min de hoje, constata-se que existem em toda a

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

rede hospitalar estadual ou contratualizada:

- 92 leitos clínicos vagos, conforme o site <http://integra.saude.to.gov.br/covid19/>

[TaxaOcupacaoLeitosClinicosCovid](http://integra.saude.to.gov.br/covid19/TaxaOcupacaoLeitosClinicosCovid);e

- 15 leitos de UTI Covid, conforme o site

<http://integra.saude.to.gov.br/covid19/TaxaOcupacaoLeitosUtiCovid>

**Ora, nota-se que o sistema pode receber todos os pacientes que necessitam de leitos clínicos e de UTI COVID internados na UPA de Gurupi!!!!**

Assim, diante de tamanha omissão do Estado do Tocantins, trata a presente a ação do último esforço no sentido de resguardar o direito à Saúde e à Vida dos pacientes que vem recebendo os tratamentos iniciais, na UPA 24hs de Gurupi, e que, devido o agravamento da doença causada pela infecção do COVID-19, estão a ensejar, conforme prescrição médica, o necessário e imediato encaminhamento para unidade hospitalar que disponha de leito clínico ou de UTI Covid.

Se não bastasse, a Unidade de Pronto Atendimento de Gurupi – UPA Dra. Márcia Muck, atende urgência e emergência, em regime de 24hs, também pacientes com outras doenças distintas do COVID-19, de modo que a superlotação da unidade está causando o risco de contaminação desses pacientes e dos profissionais de saúde que não estão na linha de frente para o COVID-19.

Diante da falta de gás medicinal canalizado (ainda utiliza balas convencionais que duram pouco tempo em pacientes intubados), no dia 10/03/2021, devido à quantidade reduzida de oxigênio na unidade, **7 pacientes foram transferidos (SEM REGULAÇÃO) para o Hospital Regional de Gurupi, os quais permaneceram no espaço cedido, porém sob os cuidados médicos de profissionais do Município de Gurupi**, conforme ofícios em anexo.

E, para piorar, no dia 13/03/2021, **os diretores da UPA Dra. Márcia Mucky, em Gurupi, devido à falta de pontos de oxigênio (canalização) e de usina de oxigênio (utiliza balas convencionais de oxigênio), recomendaram ao Secretário Municipal de Saúde que a unidade fechasse as portas para não receber novos pacientes com síndrome respiratória**, tal como se verifica no ofício em anexo.

**Em relação ao Município de Gurupi**, está em trâmite perante esta Vara a Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins (autos n. 0008978-23.2020.827.2722), contendo, inclusive, **tutela de urgência em seu desfavor (evento 63) para**

## **6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO**

**garantir a ampliação de atendimento e instalação de leitos na UPA de Gurupi**, com adoção de medidas necessárias para tanto, a qual **está pendente de cumprimento**.

Ontem, 2 pacientes beneficiados por liminares em ACP propostas pelo Ministério Público (processos 0002714-53.2021.827.2722 e 0002715-38.827.2722) vieram a óbito antes que o Estado do Tocantins garantisse a transferência dos mesmos para Leitos de UTI COVID, sendo eles Maria Helena Caetano Braga e Giminu Tereza da Costa, conforme documento em anexo.

**O quadro é dramático e pode ainda piorar caso a UPA de Gurupi não tenha mais capacidade de receber novos pacientes ou venha faltar gás medicinal, exigindo, pois, uma resposta rápida do Poder Judiciário enquanto guardião último dos bens jurídicos mais elementares da sociedade, tal como é o direito à Vida.**

**Por todo o relatado, ao Ministério Público não resta outra medida senão buscar o Poder Judiciário para**, na defesa do interesse individual indisponível dos pacientes internados na UPA 24 hs de Gurupi, e do interesse difuso de todo e qualquer paciente que, uma vez internado na referida unidade, também venha a necessitar de transferência, com a devida agilidade, para leitos clínicos ou de UTI COVID, a depender da prescrição médica, requerer a tutela jurisdicional a fim de que seja restabelecido o mínimo existencial, componente do princípio da dignidade humana, a que tais pacientes fazem jus.

### **III - DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Inicialmente, insta salientar que a legitimidade Ministerial para aforar a presente demanda judicial deflui do comando normativo inserto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que estabelece, expressamente, ser o Ministério Público legitimado para a proposição de inquéritos civis públicos e ações civis públicas (tutela antecipada em caráter antecedente) visando a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos e individuais homogêneos.

Outrossim, a Constituição atribui ao *Parquet* a função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na carta Política (art. 129, inc. II). Nesse quadro, em seu art. 197, a Carta Magna reconhece que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público a execução.

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

Em compasso com o mencionado dispositivo constitucional, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal n. 8.625/93), ao estabelecer as funções gerais do Ministério Público, confere-lhe, em seu artigo 25, inciso IV, alínea “a”, legitimidade para propor ação civil pública objetivando a proteção ao meio ambiente, consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turísticos e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis.

Convém ressaltar que, no caso em apreço, se defende, por meio da presente ação, o interesse público primário na manutenção da saúde dos 11 (onze) pacientes atualmente internados na UPA de Gurupi, (que ainda não foram beneficiados em ações judiciais) aguardando, a depender da Central de Regulação Estadual, a transferência para leitos clínicos e de UTI COVID, bem como de todos os demais pacientes que vierem a ser internados, na UPA de Gurupi, e também vierem a necessitar de tais leitos em razão de complicações em decorrência do vírus.

Trata-se, portanto, da defesa do interesse **individual indisponível** dos pacientes mencionados e do **interesse difuso de todo e qualquer** paciente que vier a ser internado na UPA de Gurupi, resguardado por normas que primam pela supremacia do interesse público primário sobre o particular e pela indisponibilidade do direito vindicado, gozando de cogência e de inderrogabilidade.

E, o Superior Tribunal de Justiça, ao examinar hipótese de legitimidade do Ministério Público para tutelar direito à saúde, se pronunciou da seguinte forma:

*“PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. TRATAMENTO DE SAÚDE, PELO ESTADO, A MENOR HIPOSSUFICIENTE. OBRIGATORIEDADE. AFASTAMENTO DAS DELIMITAÇÕES. PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER CONSTITUCIONAL. ARTS. 5º, CAPUT, 6º, 196 E 227 DA CF/1988. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR E DO COLENDO STF. 1. Recurso especial contra acórdão que **entendeu ser o Ministério Público parte legítima para figurar no pólo ativo de ações civis públicas que busquem a proteção do direito individual, difuso ou coletivo da criança e do adolescente à vida e à saúde**. 2. Decisão a quo clara e nítida, sem omissões, obscuridades, contradições ou ausência de motivação. O não-acatamento das teses do recurso não implica cerceamento de defesa. Ao juiz cabe apreciar a questão de*

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

*acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento (CPC, art. 131), usando fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e legislação que entender aplicáveis ao caso. Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há vício para suprir. Não há ofensa ao art. 535, II, do CPC quando a matéria é abordada no aresto a quo. 3. Os arts. 196 e 227 da CF/88 inibem a omissão do ente público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) em garantir o efetivo tratamento médico a pessoa necessitada, inclusive com o fornecimento, se necessário, de medicamentos de forma gratuita para o tratamento, cuja medida, no caso dos autos, impõe-se de modo imediato, em face da urgência e conseqüências que possam acarretar a não-realização. 4. Constitui função institucional e nobre do Ministério Público buscar a entrega da prestação jurisdicional para obrigar o Estado a fornecer medicamento essencial à saúde de pessoa carente, especialmente quando sofre de doença grave que se não for tratada poderá causar, prematuramente, a sua morte. 5. **O Estado, ao negar a proteção perseguida nas circunstâncias dos autos, omitindo-se em garantir o direito fundamental à saúde, humilha a cidadania, descumpre o seu dever constitucional e ostenta prática violenta de atentado à dignidade humana e à vida. É totalitário e insensível.** 6. Pela peculiaridade do caso e em face da sua urgência, não se afastar as delimitações na efetivação da medida sócio-protetiva pleiteada, não padecendo de ilegalidade a decisão que ordena a Administração Pública a dar continuidade a tratamento médico. 7. **Legitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direito indisponível, como é o direito à saúde, em benefício de pessoa pobre.** 8. Precedentes desta Corte Superior e do colendo STF. 9. **Recurso especial não-provido.**” (REsp 904443 / RS. 1ª Turma. REl. Min. José Delgado. Julg. em 13/02/2007. publ. Em 26/02/07. p. 567.)*

Em conclusão, ao se tratar do tema saúde pública, emerge, sem qualquer dúvida, evidente interesse público legitimador da atuação do Ministério Público.

## IV – DO DIREITO À SAÚDE

Inicialmente, cumpre mencionar que a Lei Federal 13.979/2020 dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e em seu artigo 3º prevê medidas para enfrentamento da infecção, quais sejam:



## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

*Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, dentre outras, as seguintes medidas:*

*[...]*

*III – determinação de realização compulsória de:*

- a) Exames médicos;*
- b) Testes laboratoriais;*
- c) Coletas de amostras clínicas;*
- d) Vacinação e outras medidas profiláticas, ou*
- e) Tratamento médico específico;*

Assim, é de extrema importância que o paciente seja **imediatamente** transferido para um leito CLÍNICO OU PARA LEITO DE UTI PARA TRATAMENTO DE COVID, que atenda todas as peculiaridades de seu estado de saúde.

**O direito à saúde é um direito fundamental do indivíduo. A Constituição da República de 1988** definiu como fundamentos do Estado Democrático de Direito a “cidadania” e a “dignidade da pessoa humana” (artigo 1º). Não resta dúvida que o direito à saúde está atrelado a tais fundamentos, pelo que a omissão do Poder Público nessa seara representa abalo aos próprios fundamentos da República.

Conforme o disposto no artigo 6º, da Constituição Federal/88, o direito à saúde constitui direito fundamental social, integrando, pois, o elenco de direitos humanos previstos expressamente no texto constitucional.

Por sua vez, o artigo 196, da Constituição da República, de forma enfática, dispõe claramente:

*“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas*

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

*sociais e econômicas que visem à redução de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.*

A preocupação do Constituinte com o **direito à saúde** foi tão elevada que fez constar expressamente que as respectivas ações e serviços são de **“relevância pública”** (ao que parece, a única hipótese expressa no texto constitucional).

A regulamentação infraconstitucional de tal direito é dada pela **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Tal diploma legal traz, logo no seu artigo 2º, que **“a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”** (caput) e que **“O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.”** (§ 1º).

A aludida Lei Federal disciplina o Sistema Único de Saúde (SUS) e garante, ainda, **estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), a assistência terapêutica integral** (artigo 6º, “d”). Ou seja, o atendimento do paciente deve ser completo, abarcando todas as necessidades do cidadão (**princípio do atendimento integral**).

Ademais, urge ressaltar que se os pacientes que procuram atendimento na UPA de Gurupi são pessoas hipossuficientes, nesta via, assegura-se que a saúde é um direito público subjetivo fundamental, como já ressaltado, ligado à dignidade da pessoa humana, de modo que incumbe ao Poder Público adequar suas ações para que atendam às necessidades dos hipossuficientes, aos quais dependem da eficácia da prestação dos serviços públicos de saúde.

Neste sentido, cita-se jurisprudência do **Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins**, onde, sob a Relatoria da Juíza convocada, Dra. Célia Regina Régis, **foi reconhecido o dever do Ente Público em disponibilizar o exame médico e demais procedimentos prescritos, quando comprovada a hipossuficiência do paciente:**

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

“REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. EXAME MÉDICO. NÃO PROVIDO. 1. **Havendo comprovação da necessidade de realização de exame médico e demais procedimentos prescritos e, sendo o paciente hipossuficiente, devem os entes públicos disponibilizá-los.** 2. Reexame necessário conhecido e não provido.” (RENEC 0004395-18.2017.827.0000. Juíza convocada CÉLIA REGINA RÉGIS, 1ª Turma da 1ª Câmara Cível, julgado em 10/05/2017. (grifo nosso)

Não se discute acerca da obrigação do Poder Público em **arcar com exames, remédios e tratamentos, prestando atendimento integral ao cidadão.** Nesse sentido, confira-se acórdão recente do **Superior Tribunal de Justiça:**

“ADMINISTRATIVO – CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – POSSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS – DIREITO À SAÚDE – FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS – MANIFESTA NECESSIDADE – OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – NÃO OPOSSIBILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL AO MÍNIMO EXISTENCIAL. 1. Não podem os direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador, sendo de fundamental importância que o Judiciário atue como órgão controlador da atividade administrativa. Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente fundamentais. 2. **Tratando-se de direito fundamental, incluso no conceito de mínimo existencial, inexistirá empecilho jurídico para que o Judiciário estabeleça a inclusão de determinada política pública nos planos orçamentários do ente político, mormente quando não houver comprovação objetiva da incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal.** 3. In casu, não há empecilho jurídico para que a ação, que visa a assegurar o fornecimento de medicamentos, seja dirigida contra o município, tendo em vista a consolidada jurisprudência desta Corte, no sentido de que “o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros” (REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005). Agravo

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

regimental improvido.” (AgRg no REsp 1136549/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 21/06/2010) (grifo nosso)

Outrossim, o Judiciário não está sendo arbitrário, tampouco está havendo usurpação das funções de um Poder sobre as de outro. Ao Judiciário cabe aplicar a lei, interpretando-a, e é isto o que ocorre na hipótese na presente demanda.

Ademais, o **Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins** tem se posicionado no sentido de que a transferência de pacientes para Unidade de Terapia Intensiva é de responsabilidade solidária dos Entes do Poder Público, pois se trata de dever fundamental subjetivo de concretização dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Não havendo, portanto, que se falar em Reserva do Possível, ou mesmo alegar insuficiência orçamentária:

REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO À SAÚDE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. **DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGAS EM LEITOS DE UTI. NECESSIDADE COMPROVADA.** DEVER CONSTITUCIONAL. SENTENÇA MANTIDA. **Comprovada a necessidade de disponibilização de vagas em leitos de UTI para os pacientes listados na inicial e a omissão do Estado em fornecê-las adequadamente, admite-se a atuação do Poder Judiciário para efetivação do direito constitucional à saúde, sem ofensa aos princípios da separação dos poderes e da reserva do possível.** (Remessa Necessária Cível – 0003437-75.2020.8.27.2700 – TURMAS DAS CAMARAS CIVEIS – Relator. Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS – Datada de Autuação: 14/02/2020)

“REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSUBSTANCIADA EM TUTELA DE CARÁTER ANTECEDENTE. **SOLICITAÇÃO DE VAGA EM UTI.** LIMINAR DEFERIDA. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO EM SENTENÇA. DIREITO À SAÚDE. TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL E CONTROLE JUDICIAL SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS. INAPLICABILIDADE. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO. **1. A saúde é direito social fundamental conforme disposto nos artigo 196 da Constituição Federal, devendo o poder público garantir a todos uma vida digna, incluindo-se, aí, a disponibilização de leito de UTI à paciente, garantindo o direito à**

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

sobrevivência. 2. Apesar da informação comprovada de que a requerente obteve vaga em leito de UTI por força de liminar, subsiste a confirmação da decisão provisória com a sentença que, por seu turno, imputa a responsabilidade, e, por conseguinte, aprecia o mérito do ato administrativo. **3. Comprovada a necessidade de transferência da requerente para internação em UTI, bem como a insuficiência financeira da autora para custear o tratamento intensivo, é devida a condenação do Estado do Tocantins ao fornecimento do mencionado tratamento.** 5. Não há que se falar em reserva do possível a obstar o dever de o Estado salvaguardar o direito à saúde, quando sequer resta demonstrada a alegada insuficiência orçamentária. **6. Configurada a inércia da Administração Pública, incumbe ao Poder Judiciário, quando provocado, assegurar o cumprimento do direito constitucionalmente previsto à saúde, sem que isso caracterize ingerência do poder judiciário sobre as políticas públicas.** 7. Sendo a parte vencedora beneficiária da justiça gratuita, não há que se falar em reembolso das custas processuais pelo ente público vencido. 8. Conforme entendimento da súmula 421 do STJ é indevida a condenação do estado do Tocantins ao pagamento dos honorários advocatícios. 9. Reexame Necessário conhecido e improvido. (0001538-62.2018.8.27.0000, Rel. Desa. ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE, 3ª Turma da 2ª Câmara Cível Câmara Cível, julgado em 31/01/2018). (grifos nossos)

A pretensão da parte autora é ver o Poder Público compelido a cumprir o dever constitucional de preservar a sua saúde dos cidadãos, fornecendo-lhes os medicamentos e os atendimentos médicos necessários para o mal que os acomete.

### V – DA LEGITIMIDADE PASSIVA DOS REQUERIDOS

A Constituição Federal, em seu artigo 196 e seguintes, é enfática, estabelecendo que a saúde é um direito de todos e dever do **ESTADO**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ademais, em relação aos **Estados Federativos**, a Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/90), no que diz respeito às suas competências, assim dispõe:

**“Art. 17. À direção estadual do Sistema Único de Saúde-SUS compete:**  
(...)”

Avenida Rio Grande do Norte, n. 1.797, Centro, CEP 77.410-080, Gurupi/TO  
Fone (63) 3315-2055

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

*III - prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde;*

*(...)*

*IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional; (...)*

Destarte, a **responsabilidade do Estado-Requerido** decorre de sua obrigação, nos termos da Lei Federal nº 8080/90, em **identificar hospitais de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e/ou regional - como é o caso nestes autos**. Logo, a assistência à saúde no âmbito hospitalar também fica a cargo do Estado Federativo, incumbindo-lhe organizar o serviço com eficiência e adequação à legislação pertinente.

Se não bastasse, a garantia das condições de saúde e de sobrevivência digna encontra amparo nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal, sendo, portanto, inquestionável a responsabilidade solidária existente entre a União, Estados e Municípios no que diz respeito à salvaguarda da saúde, **podendo aquele que necessitar promover ações judiciais contra qualquer um dos entes federativos**.

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA DE NEGATIVA DE PROVIMENTO DA APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. **DIREITO À SAÚDE. OBRIGAÇÃO DE TRATAMENTO MÉDICO DE HEMODIÁLISE EM UTI. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS.** JURISPRUDÊNCIA REAFIRMADA SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL NO JULGAMENTO DO RE 855.178-RG (REL. MIN. LUIZ FUX, TEMA 793). AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1 - **Além da expressa disposição no texto constitucional, artigo 196 CF/88, o Supremo Tribunal Federal no julgamento do REXT 855178, de relatoria do Min. Luiz Fux, pela sistemática da Repercussão Geral, reafirmou sua jurisprudência no sentido de que o tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, sendo responsabilidade solidária dos entes federados, podendo figurar no polo passivo qualquer um deles em conjunto ou isoladamente.** 2 - **Eventuais questões acerca de repasse de verbas atinentes ao SUS devem ser dirimidas administrativamente, ou em ação judicial própria, não merecendo, portanto, amparo as alegações de**

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

**indisponibilidade orçamentária do Município para custear o tratamento do agravado.** 3 - Observância ao princípio maior da dignidade da pessoa humana, nos termos do art. 1º, inciso III, da Carta Magna, com reflexo no direito à saúde que não pode ser indissociável daquele, com previsão nos artigos 6º e 196 da CF/88. Garantia de condições de saúde e sobrevivência dignas, com amparo no texto constitucional. 4 Agravo improvido. Decisão mantida. (TJ-PA - AC: 00228080820118140301 BELÉM, Relator: LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO, Data de Julgamento: 18/03/2019, 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Data de Publicação: 21/03/2019)

Portanto, inquestionável a legitimidade do Estado do Tocantins para figurar no polo passivo desta demanda, notadamente, no caso em questão, em que a não disponibilização de leitos clínicos e de UTI COVID, para casos moderados e graves, respectivamente, põem em sério risco a sobrevivência dos pacientes internados na UPA de Gurupi!!!!

**E, visando aplicar a multa diária, não sobre o ente público, mas sim em face do Ordenador de despesas, forçoso a propositura da ação também em desfavor do atual Secretário de Estado da Saúde.**

### VI – DA TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE

No caso em comento, estão presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada em caráter antecedente fundamentada na urgência, de acordo com art. 300 do Código de Processo Civil:

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem **a probabilidade do direito e o perigo de dano** ou o risco ao resultado útil do processo. (grifamos)

Por sua vez, a norma do artigo 12, da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) dispõe que: **“Poderá o juiz conceder mandado liminar, com o sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo”.**

**Como já relatado, os pacientes têm permanecido por vários dias internados,**

## **6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO**

**indevidamente, na Unidade de Pronto Atendimento de Gurupi, em estado grave de saúde, necessitando em caráter de urgência de tratamento em leito clínico ou de UTI COVID, contudo, desde o dia 17/03/2021, tem paciente aguardando, em vão, leito de UTI COVID, e desde o dia 18/03/21, tem paciente aguardando, em vão, leito clínico COVID, por total omissão da Central de Regulação Estadual e dos Requeridos.**

Desta feita, a **probabilidade do direito** resta patente, na hipótese, por todas as normas que regem o direito à saúde e os documentos juntados, comprobatórios da necessidade de ações positivas do ente público para garantia da saúde do usuário do SUS.

Acerca do assunto, cabe invocar o **princípio da eficiência da Administração Pública**, a qual não cabe apenas realizar o serviço, mas fazê-lo de modo a conseguir o melhor resultado possível. E este melhor resultado, com cumprimento da Portaria Ministerial/GM nº 1.101, de 12 de junho de 2002, e da Portaria Ministerial/GM nº 3.432, de 12 de agosto de 1.998, não está sendo assegurado pelo Estado do Tocantins, em área da assistência em saúde absolutamente essencial e vital.

O **perigo de dano irreparável** é extenuante de dúvida, posto que as provas que acompanham a petição inicial, inequivocamente, levam ao entendimento de que os pacientes necessitam ser submetidos ao tratamento em leitos clínicos e de UTI COVID prescritos, sob riscos de ter seu estado agravado e de vir a óbito, tal como já constatado, ontem, com 2 pacientes que aguardavam leitos de UTI, inclusive, sendo beneficiários de ACP's (Giminu Tereza da Costa e Maria Helena Caetano Braga), conforme declaração de óbitos em anexo.

Com efeito, a **falta de garantia e prestação do serviço essencial, vital, eficiente e de qualidade contraria todo o arcabouço jurídico pátrio voltado à regulamentação do direito à saúde, atestando a plausibilidade do direito, além de acarretar graves riscos à saúde daqueles pacientes que necessitam, com urgência, do tratamento, configurando o perigo na demora. Logo, restam atendidos os requisitos para concessão do pleito antecipatório.**

**Excelência, a demanda relacionada à saúde dos pacientes com complicações em decorrência do vírus COVID-19 não podem esperar, sob pena de se tornarem inúteis as providências tomadas tardiamente, diante da perda do próprio bem da vida que se procura resguardar.**



## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

É evidente que há perfeita admissibilidade nos pedidos ora apresentados, especialmente, porque estão carreadas as provas da necessidade, bem como da urgência.

O sempre lembrado Prof. Alexandre Freitas Câmara com precisão ensina que:

**“há casos em que o indeferimento da tutela antecipada pode causar um dano ainda mais grave do que seu deferimento.** Pense-se, por exemplo, numa hipótese em que a antecipação da tutela se faça necessária para que se realize uma transfusão de sangue, ou uma amputação de membro. Ambos os casos revelam provimentos jurisdicionais capazes de produzir efeitos irreversíveis. Ocorre que o indeferimento da medida, nos exemplos citados, provocaria a morte da parte, o que é – sem sombra de dúvida – também irreversível. Nestas hipóteses, **estar-se-á diante de verdadeira ‘irreversibilidade recíproca’, caso em que se faz possível a antecipação da tutela jurisdicional. Diante de dois interesses na iminência de sofrerem dano irreparável, e sendo possível a tutela de apenas um deles, caberá ao juiz proteger o mais relevante, aplicando-se o princípio da proporcionalidade, o que lhe permite, nestas hipóteses, antecipar a tutela jurisdicional** (ainda que, com tal antecipação, se produzam efeitos irreversíveis).<sup>1</sup>” (grifo nosso)

Não resta nenhuma dúvida de que **o interesse mais relevante e que merece proteção imediata é a saúde dos pacientes.** Não é razoável se exigir que, constatada a violação aos direitos fundamentais, fiquem os pacientes expostos até o provimento jurisdicional definitivo.

Neste ponto, já se manifestou o respeitado Superior Tribunal de Justiça (REsp 409.172/RS, 5ª T., j. 04.04.2002, Rel. Min. Félix Fischer, DJU 29.04.2002, p. 320), em situações **“nas quais resta evidente o estado de necessidade e a exigência da preservação da vida humana, sendo, pois, imperiosa a antecipação da tutela como condição, até mesmo, de sobrevivência para o jurisdicionado”** não há que se falar em audiência prévia.

**Também não há se aguardar a manifestação da parte requerida para se proferir a decisão de tutela antecipada, eis que tem total conhecimento de sua obrigação, mas, por**

<sup>1</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. V. 1, 13. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 461/462.

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

outro lado, vem se omitindo, injustificadamente, a fornecer a transferência dos pacientes para leito CLÍNICO e de UTI COVID, a depender do agravamento de cada paciente e prescrição médica.

Havendo evidente força maior, estado de necessidade ou exigência de preservação da saúde ou vida humana, não há de se ouvir nenhum representante do requerido.

Posto isso, imperiosa a concessão *inaudita altera pars* da tutela antecipada em caráter antecedente.

### VII - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS** requer:

I) seja concedida a tutela antecipada em caráter antecedente, *inaudita altera pars*, para:

a) Determinar aos **REQUERIDOS** que viabilizem, **IMEDIATAMENTE**, a **transferência de todos os pacientes internados ou que venham a ser internados**, na UPA de Gurupi para tratamento de COVID, e incluídos no Serviço de Regulação Estadual (SER/TO), para hospitais que disponham de **LEITOS CLÍNICOS** ou de UTI COVID, conforme respectiva indicação médica, e disponibilizem os demais serviços, procedimentos, insumos e medicamentos necessários aos tratamentos, seja diretamente pelo serviço público de saúde ou através de terceiros, pessoa física e/ou jurídica de direito privado (art. 197, CF e art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 8.080/90);

b) Determinar aos **REQUERIDOS** que, em caráter de **URGÊNCIA**, se abstenham de negar acesso aos pacientes que venham a ser internados para tratamento de COVID, na UPA de Gurupi, com regulação para hospitais que disponham de **LEITOS CLÍNICOS** ou de UTI COVID, conforme respectiva indicação médica, devendo ser respeitada a lista de espera organizada e regulada pelo Poder Público para acessar o serviço, de forma a verificar a inserção do paciente nos sistemas de regulação, de acordo com o regramento de referência, observados os critérios clínicos e de priorização, a fim de que os pacientes tenham amplo acesso ao direito constitucional à saúde e ao tratamento médico que lhe é garantido pelo SUS;

## 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO

c) Acaso aleguem falta de estrutura, equipamentos, medicamentos, pessoal e vagas em hospitais sob a gestão estadual, determine aos **REQUERIDOS que viabilizem, IMEDIATAMENTE, o** custeio e a internação dos pacientes em LEITOS CLÍNICOS e DE UTI de hospital da rede privada de saúde, no Estado do Tocantins ou qualquer outra unidade da Federação, inclusive com remoção via UTI Móvel, tudo às expensas do recurso público.

d) **Seja fixada, já na concessão da tutela antecipada, multa diária à base de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para o caso de não transferência de cada paciente para LEITOS CLÍNICOS ou de UTI COVID, conforme respectiva indicação médica, que incidirá após as 24 (vinte e quatro) horas de inclusão do paciente no Serviço de Regulação Estadual - SER/TO, sem prejuízo de adoção de outras providências, inclusive bloqueio de valores, a ser aplicada, solidariamente, ao Estado do Tocantins e ao Secretário Estadual de Saúde em exercício** (por serem os responsáveis pela ordenação de despesas), devendo os valores decorrentes da incidência dessa multa ser revertidos para o **Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins (FUMP)** criado por meio da LC n. 103/2016, publicado no DOE n. 4.534, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

Ademais, requer o **MINISTÉRIO PÚBLICO:**

II) A citação dos Requeridos, para, querendo, contestarem a presente, nos termos da ação e acompanhá-la até final sentença;

III) **NO MÉRITO**, após devida instrução, seja proferida sentença, julgando procedente, *in totum*, o pedido de tutela antecipada em caráter antecedente.

IV) A condenação dos Requeridos ao pagamento das custas finais e dos demais ônus da sucumbência.

V) A não realização de audiência de conciliação ou de mediação, uma vez que se trata de **matéria unicamente de direito e devidamente provada nos autos**, com fulcro no art. 334, §5º do CPC;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela prova testemunhal, pelos documentos que instruem esta petição, e tudo que se fizer

### **6ª Promotoria de Justiça de Gurupi/TO**

necessário ao completo esclarecimento da verdade sobre os fatos aqui versados.

Atribui-se à causa o valor de R\$1.000,00 (mil reais), para fins meramente fiscais.

Termos em que pede deferimento.

Gurupi/TO, 23 de março de 2021.

**Marcelo Lima Nunes**

**-Promotor de Justiça-**

Anexo: Notícia de Fato n. 2021.0002274